

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CLARA E CASTELO VIEGAS

ATA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu na sua sede a Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Discussão e aprovação data da Assembleia da União de Freguesia de Santa Clara e Castelo Viegas do dia 22/06/2016;

Ponto dois: Informações – Assuntos de interesse para a União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas;

Ponto três: 1ª Revisão Orçamental.

Estiveram presentes os seguintes elementos:

Do Partido Socialista

- José Carlos de Almeida Clemente
- José Filipe Vicente Graça
- Maria Ângela Pinto Correia
- Maria Alice da Silva Viseu
- José Manuel Mateus Pereira

Da Coligação “Por Coimbra”

- Miguel Ângelo Vieira de Melo Pinto Lopes
- Ana Catarina de Oliveira Ferreira
- José Carlos Abreu
- Paulo Jorge Vieira de Melo Pinto Lopes

Da Coligação Democrática Unitária

- Jorge Manuel Fresco
- Maria Isabel Fernandes

Dos Cidadãos por Coimbra

- Victor Abel Simões

O **Executivo da Junta** da União de Freguesia de Santa Clara e Castelo Viegas fez-se representar por:

- José Augusto Gomes Silva Simão, Presidente
- António Ângelo Melo Pinto Lopes, Tesoureiro
- Lúcia Joana Falcão, Secretária

e os vogais

- Bertília Isidora Cabeças Simão e João Cerqueira Cardoso

Aberta a assembleia referiu-se o seu Presidente à ausência devidamente justificada do primeiro secretário Gustavo André Rocha pelo que convidou José Filipe Vicente Graça do Partido Socialista a ocupar esse lugar e Victor Abel Simões dos Cidadãos por Coimbra à ocupação do lugar de segundo secretário, mantendo assim a estrutura partidária eleita. Por estes elementos aceite, foi esta constituição de mesa proposta à Assembleia que não manifestou qualquer oposição.

Verificaram-se as seguintes alterações:

Substituição: - Gustavo André Gonçalves Rocha do PS por Maria Ângela Pinto Correia.

Ausência: - Sandra Luísa dos Santos Marques da Coligação por Coimbra.

Seguidamente o Presidente da Assembleia evidenciou o facto de os documentos para análise terem sido entregues pelo executivo em tempo oportuno mas em dois momentos diferentes. Que se tratou apenas de uma questão de serviços e que nem a lei nem o Regimento foram integralmente cumpridos. Contudo, o Presidente do Executivo justificou o facto e porque tal não prejudica os trabalhos pede às pessoas que compreendam o acontecido e termina pedindo que não volte a acontecer. Seguidamente depois de admitir e reconhecer que todos os presentes tinham perfeito conhecimento da ata, incluindo a S^a Ângela Pinto que a recebeu mais tarde, propôs que se entrasse no enquadramento da Ordem de Trabalhos.

Ponto um da Ordem de Trabalhos

O Presidente da Assembleia pediu aos presentes que dissessem se reconheciam alguma correção a fazer na ata ou objeção ao seu conteúdo que merecesse ser corrigido ou alterado.

Jorge Manuel Fresco pediu para esclarecer que na ata consta nas presenças do executivo João Cerqueira Cardoso como Secretário, quando essa função é desempenhada por Lídia Joana Falcão.

O Presidente da Assembleia reconheceu a incorreção e admitiu que no dia da Assembleia ficou no subconsciente que seria o senhor Cardoso o secretário e não a senhora Joana Falcão. Ana Catarina referiu que a lei 75 prevê apenas vogais. Unanimemente se reconheceu a incorreção, ficando ressaltada a ata anterior, devendo não considerar a função de secretário ao Sr. João Cerqueira Cardoso. Também o Sr. Victor Abel Simões dos Cidadãos por Coimbra pediu para, na página dois, ser considerado o nome do Sr. Miguel Cadima como Miguel Cardina e não "Cadima" como consta. Foi reconhecido como simples erro de ortografia e inscrita nesta ata a retificação.

Por não haver mais intervenções sobre este assunto, o Presidente da Assembleia colocou a ata da Assembleia do dia 22 de junho de 2016 a votação. Mereceu o seguinte sufrágio:

- Votos CONTRA1 (um) (Isabel Fernandes da CDU)
- Votos por ABSTENÇÃO..... 5 (cinco) (porque ausentes na sessão em questão)
- Votos A FAVOR 6 (seis) (três do PS, dois da Coligação por Coimbra e um da CDU).

O Presidente da Assembleia validou a aprovação da ata com maioria.

A Sr^a Isabel Fernandes da CDU informou que gostaria de entregar Declaração de Voto para ficar apensa à ata uma vez ela não espelha o que se passou nas instalações de Castelo Viegas já que não constam os insultos de que foi alvo e que deveriam constar da gravação efetuada.

O Presidente da Assembleia pediu à Sr^a Isabel que esclarecesse exatamente os insultos a que se refere, concluindo ambos que eles poderão de facto não constar da gravação porque o gravador apenas funcionou vinte e cinco minutos e os insultos podem ter sido depois da falha no gravador.

Jorge Fresco lembrou a falha no gravador por eventual falta de carga das pilhas e reconhece as dificuldades que poderão ter surgido na redação da ata. O Presidente da Assembleia salientou que a ata foi feita com os elementos possíveis e com audição exaustiva da parte gravada. Encerrou o assunto da ata.

José Graça do PS, a secretariar, fez sentir as dificuldades com a falha da gravação e propôs que o sistema de gravação deveria estar sob custódia do Presidente da Assembleia, uma vez que nele apenas constam gravações do seu órgão. Elenca o caricato de, por exemplo, quando seja pedida uma gravação à Assembleia de Freguesia por uma qualquer entidade para isso creditada, o seu Presidente tenha de responder que isso não é consigo mas com o Presidente do Executivo. Disse ainda que entendia que deveria existir um ficheiro cronológico das gravações em base informática de modo a todo o momento se poder ouvir ou ceder para audição, sob responsabilidade da Assembleia, uma ou outra gravação que interessasse à defesa de causas, bom nome ou honra pessoal. Termina justificando esta proposta para que de futuro não haja mais dificuldades na escrituração das atas e que se tenha um ficheiro de consulta facilitada sem tormentas de procura.

O Presidente da Assembleia questionou porque as atas não estão todas no "site" da internet ao que Ana Catarina respondeu que isso acontece por não estarem assinadas. Reconheceram-se algumas causas do lapso e ficou o compromisso de melhorar este procedimento no futuro

Victor Simões dos Cidadãos por Coimbra, manifestou o seu apoio e concorda com a proposta do secretário quanto aos ficheiros gravados e admite a existência de duas cópias para dois computadores diferentes efetuadas logo que acabem as reuniões. É por uma questão de segurança e assegurar esclarecimentos futuros, se necessários. É interpelado por João Abreu que afirma ser ótimo até porque pode haver um sismo e perderem-se elementos. Victor Simões afirma que não está a brincar com a questão ao que João Abreu diz o mesmo, concluindo o primeiro que não gosta de brincar com coisas sérias.

Miguel Ângelo interveio para afirmar que não esteve na sessão anterior e por isso não se pronuncia. Sobre elaborar atas diz que nunca tiveram qualquer problema com as atas. Sobre cópias digitalizadas das atas diz que é completamente contra. Refere o artº 34º, nº 7 do Regimento para esclarecer que as atas devem ser gravadas para auxiliar a realização das atas e ponto final. Afirma que não autoriza que as suas intervenções gravadas estejam disponíveis seja para quem quer que seja estranha à Assembleia. É apenas um instrumento que serve para auxiliar a fazer as atas e no final destrói-se a gravação. Sobre o modo de elaborar as atas diz que estamos todos de boa-fé e para a ata só deve ir o mais importante.

O Presidente da Assembleia concorda com a boa-fé manifestada por Miguel Ângelo e considerando também o enquadramento da proposta de José Graça, disse que passaríamos a gravar as sessões mantendo as gravações até à elaboração da ata e procedendo-se depois à sua destruição. Rematou o presidente que de facto geram-se confusões por vezes nas sessões que são de difícil intervenção.

João Abreu alegou que a gravação futura das suas palavras é só para a ata e onde apenas devem constar depois de aprovadas. Que, o pretender manter as suas palavras gravadas podem ser surripiadas e alteradas, podendo até ser motivo de ridicularização e outros fins indesejados.

José Graça defendeu que o assunto foi colocado exatamente para ser tratado e objeto de análise de modo a se melhorado o procedimento.

Ana Catarina diz que que por norma apaga todos os ficheiros para trás mas que, de facto, no momento em que o Sr. José Graça foi ouvir o ficheiro havia mais alguns para atrás por apagar. Assegura ao Presidente da Assembleia que vai apagar tudo o que estiver a mais.

O Presidente da Assembleia concluiu o assunto elegendo como procedimento futuro que se apaguem todos os ficheiros que estiverem a mais e que, depois de aprovada a ata se apague também a gravação que lhe deu origem.

Ponto dois da Ordem de Trabalhos

O Presidente da Assembleia enunciou alguns reparos ao documento apresentado pelo executivo, pois entende que deveria estar mais elucidativo porque haverá pessoas na assembleia que poderão ter alguma dificuldade de interpretação.

Ângela Pinto pediu para ser esclarecida se é tradição ou norma que o executivo indique ou não os valores cedidos às Instituições e a quais. Entende que deveriam estar especificados e exemplifica.

João Abreu afirmou que no relatório as atividades estão apenas em resumo e que o executivo continua a zelar pelos fregueses e a criar uma freguesia mais rica. Regozija-se com o apoio ao banco de livros e outras atividades dinamizadoras e boas para Santa Clara e Castelo Viegas. Diz que o executivo tem dado à freguesia o sentido de comunidade, regozija-se com a aquisição de bens e que a assembleia não deve estranhar a sua compra para melhoria da Freguesia. Aceita como normais alguns lapsos que possam existir e conclui alegando que a atividade desenvolvida lhe parece bem.

Isabel Fernandes (CDU) referiu a falta de convocatória desta assembleia nas instalações de Castelo Viegas. Abordou a Mata dos Cedros para lembrar que o executivo fez um comunicado a anunciar o abate de cedros mas afinal o que se passa é a mata estar ao abandono. Lembra que a CDU sempre considerou ilegal o contrato de prestação de serviços da junta com o Tesoureiro. Referiu-se aos Caminhos Públicos em Castelo Viegas para lembrar o acesso ao Cavalo Azul e a entrada da Quinta da Urgeiriça. Afirmou que continua a não ser feito nada no Bordalo, incluindo limpeza, e termina com a questão da substituição do Sr. Fresco no executivo que, por ter saído do partido, ao regressar à assembleia deveria ser como independente e não continuar na lista da CDU.

O Presidente da Assembleia entende que o assunto já parece uma novela mas a verdade é que o PCP nunca comunicou nada à assembleia. Esta apenas o pode considerar como eleito da CDU. Se a coligação lhe retirou confiança política é assunto interno do partido e a assembleia não sabe de nada. A CDU não comunicou nada à assembleia e no uso do seu direito não passará o Sr. Fresco a independente por qualquer razão de gostar ou não do senhor. Foi eleito pela CDU e assim se mantém.

Miguel Ângelo diz que qualquer comunicação não serve de nada. O mandato é individual, do Fresco, e não do partido. O Presidente da Assembleia encerra o assunto dizendo que o Fresco manterá o seu lugar na assembleia para onde foi democraticamente eleito.

Victor Simões (Cidadãos por Coimbra) colocou perguntas ao Presidente do Executivo e pede para ser esclarecido como estão as limpezas dos espaços verdes e o que tem a junta a ver com as limpezas de zonas perigosas onde se verifica elevado risco de incêndios.

O Presidente do Executivo informou que depois de tomar conhecimento entrega o assunto à Proteção Civil. Se há riscos, estes promovem a limpeza e notificam o proprietário para pagar custos. No entanto reconhece que se trata de um processo demorado e com riscos de incêndio.

Sobre o assunto da Mata dos Cedros, Victor Simões agradeceu a amabilidade do Presidente do Executivo pela cedência de toda a informação disponível, facto que o esclareceu sobre o assunto. Referiu ainda que, havendo serviços (Junta e Centro de Saúde) a funcionar no edifício da Junta de Castelo Viegas, que não é da Junta mas da Câmara, se a situação se mantém ou se há alguma evolução.

O Presidente do Executivo disse que o edifício não é da Junta mas da Câmara, mas que a União de Freguesias tem um contrato de comodato inicialmente válido por dez anos (já caducado) mas que se renova automaticamente. O Presidente do Executivo prossegue com esclarecimentos sobre o que se entende por “domínio Público” e “domínio Privado”. Isto para que se entenda o que se passa com a Mata dos Cedros, localizada em domínio privado (da EDP) e não público.

O Presidente da Assembleia lembra que isso resulta de permutas entre a REN e Câmara Municipal de modo a viabilizar a construção do edifício da Junta e do Pavilhão de Pereiros. Informa que foi a Junta de Freguesia anterior que instalou ali as mesas, o parque infantil e o caminho pedonal e termina perguntando se já cortaram alguns cedros. O executivo respondeu que não.

Victor Simões evidenciou que o protocolo que conhece só tem uma planta onde apenas consta a associação de Pereiros mas que existem três espaços fundamentais: O espaço onde está a Junta e o Posto Médico, o espaço onde está instalada a Associação de Pereiros e o espaço da Mata dos Cedros. Deduz da leitura que faz do acordo que se trata de toda a zona incluindo o bairro da EDP. Várias intervenções demonstram que o bairro da EDP não tem nada a ver com a Mata dos Cedros e são parcelas distintas.

Joana Falcão do executivo garante esse facto afirmando que a Mata dos Cedros termina junto às escadas de acesso à paragem do autocarro e vai em cotovelo até à rotunda.

O Presidente do executivo garantiu que isso está esclarecido porque quando se faz uma cedência ela é sempre clara definindo o que é de uns e de outros. No que toca ao aviso que fez à população sobre a Mata dos Cedros fê-lo porque não podia impedir que o corte fosse feito uma vez que era em espaço privado (da EDP). De facto, na cedência diz-se que “havia intenção” de ceder o terreno à Junta mas não se passou disso. “Intenção de ceder não é cedência”. O que ali foi feito pode ser ilegal. De seguida referiu-se a um panfleto que a CDU distribuiu a insultá-lo de forma imprópria e sem assinatura personalizada mas apenas subscrito pela CDU em abstrato.

Victor Simões não reconhece na instalação das mesas e do parque infantil na Mata dos Cedros qualquer ilegalidade e afirma a seguir que está preocupado com os limites da Freguesia e seria oportuno tratar o assunto de forma coerente. Aborda a questão do acesso ao Cavalinho Azul para dizer que o acesso encontrado o incomoda pelo seu estado. Que seria muito mais fácil e direto se fosse pelos Pereiros e não pelo cemitério de Assafarge, como está. Sendo o acesso inicialmente previsto pela nacional 110 será que virá a ser feito?

O Presidente do Executivo esclareceu o assunto falando das várias dificuldades que nortearam o projeto mas que foram as Estradas de Portugal que nunca validaram o acesso à nacional 110. Falou dos custos que a obra trouxe à Junta de Freguesia depois de ter recebido do executivo anterior de

Castelo Viegas uma dívida de cerca de 110 mil euros e que a Câmara não assumiu apenas dizendo que pusesse o caso em tribunal. Respondeu então que o não faria mas que iria tentar resolver. Começou por pagar 30 mil euros para poder suspender os trabalhos com o empreiteiro.

O Presidente da Assembleia prestou alguns esclarecimentos sobre este assunto e confirmou a veracidade do que fora dito pelo Presidente do Executivo. Referiu as dificuldades do processo e as medidas tomadas para resolver a questão do seu financiamento. Neste trabalho reconheceu-se a inviabilidade do acesso pela nacional 110 donde a alternativa seria a que agora existe. O processo foi concluído e a licença de utilização deferida para o funcionamento atual. Este processo nasceu torto, marejou mas está a funcionar bem.

Isabel Fernandes pediu a palavra para perguntar ao Presidente do Executivo se oportunamente colocou a situação da rua 10 de Julho do Bordalo à Proteção Civil. Respondeu o Presidente do Executivo que 85% da Freguesia é florestal e que o Presidente do Executivo não tem tempo para visitar tudo. Compete também às pessoas identificar os perigos e comunicar-lhe.

António Pinto Lopes, tesoureiro do executivo, pediu para usar da palavra alegando defesa de honra. Depois de autorizado e concedido pelo Presidente da Assembleia desenvolveu o tema: “Contabilidade da Freguesia de Santa Clara e da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas”. Abordou o trabalho por si desenvolvido ao longo de 14 anos, a riqueza de conhecimentos que isso lhe permitiu adquirir e a dedicação com que sempre desempenhou as suas funções.

O Presidente do Executivo informou que a queixa apresentada pelo membro da assembleia Isabel Fernandes no Tribunal Administrativo sobre videoconferências tinha sido arquivada. A visada acrescenta que foi arquivada mas que o assunto não está parado. O Presidente da Assembleia interveio para dizer que é um assunto do executivo e que a assembleia só intervirá se solicitada. De seguida pediu ao membro João Abreu que esclarecesse o que teria a dizer sobre a construção da 2ª fase do recinto desportivo das Lages. Este interveio para dizer que só aceita ser questionado em tribunal e por um juiz pois a sua intervenção vale apenas e só por ela própria. Devolveu a pergunta ao Presidente da Mesa. Este e o Presidente do Executivo trocaram algumas explicações sobre o assunto concluindo tratar-se apenas do estilo do descritivo, ficando claro e aceite o que no relatório consta.

O Presidente da Assembleia manifestou agrado com o trabalho desenvolvido em Santa Clara nomeadamente a questão do quartel, do convento de S. Francisco e o asfaltamento de algumas ruas e que Santa Clara “está na moda”.

Também Ângela Pinto do PS se congratulou com as recentes visitas que Membros do Governo fizeram a Santa Clara e do impacto que isso deve provocar. Disse também que a Junta de Freguesia deve sentir regozijo pelos projetos futuros em estudo. O Presidente do Executivo reconhece o assunto e demonstra satisfação pelas perspetivas deixadas pelo Vereador Carlos Cidade. Falou do sonhado teleférico entre Santa Clara e a Universidade, das estações floridas e outros.

Paulo Pinto Lopes manifestou repúdio pelo que se passa com o convento de S. Francisco no que concerne a estacionamentos de veículos em cima dos passeios que não permite circular neles a pé. O Presidente da Assembleia diz que o estacionamento vai ser aberto em breve.

Ponto três da Ordem de Trabalhos

Esclareceu-se que a viatura a comprar será nova e a sua aquisição foi sujeita a concurso público que recebeu três propostas das quais foi escolhida a melhor.

Às dúvidas colocadas por Isabel Fernandes sobre o valor de 16 mil euros em revisão, o tesoureiro, em nome do executivo, explicou os acertos orçamentais efetuados e as razões que os motivaram. Também o Presidente do Executivo se pronunciou sobre questões técnicas que podem provocar ou não uma Revisão Orçamental e a forma de contabilisticamente tratar alterações financeiras.

Victor Simões diz que não entende algumas valorizações indicadas enquanto receitas e/ou despesas mas admite também que não tem informação suficiente para aquilatar sobre o assunto. A esta questão o Presidente do Executivo esclarece Victor Simões sobre algumas obras programadas e ainda não efetuadas ou eventualmente alteradas.

Usando da palavra o Presidente da Assembleia pediu ao tesoureiro para que, na sua prestação ao serviço da Junta, coloque sempre os seus conhecimentos ao serviço da contabilidade do povo.

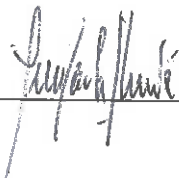
Depois de reconhecida a razoabilidade da 1ª Revisão Orçamental e terminado o debate sobre o assunto foi o documento colocado a votação, vindo a merecer o seguinte resultado:

- Votos CONTRA0 (zero)
- Votos por ABSTENÇÃO..... 2 (dois) (1 da CDU e 1 de Cidadãos por Coimbra)
- Votos A FAVOR10 (dez).

O Presidente da Assembleia validou a aprovação da 1ª Revisão Orçamental com maioria.

Sem outros assuntos a discutir o Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas agradeceu o empenho dos presentes e deu os trabalhos por concluídos quando eram vinte três horas e dez minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser assinada.

O Presidente



1º Secretário

2º Secretário

